



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

813
P

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0212719-9

COMARCA: Petrolina

APELANTE: Luiz Cesar Mororó

APELADO: Município do Petrolina

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. IPTU. MAJORAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. EXCESSIVIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. RECURSO IMPROVIDO. 1. A solução da controvérsia consiste em definir se é, ou não, legítima a majoração do IPTU incidente sobre os imóveis do contribuinte/apelante realizada pelo Município de Petrolina relativamente aos exercícios fiscais de 2002 a 2006. 2. Segundo o contribuinte/apelante, seria indevida a majoração do IPTU verificada nos lançamentos relativos aos exercícios fiscais 2002 a 2006, tendo em vista que as áreas dos seus imóveis não teriam sofrido nenhuma alteração. 3. Com efeito, o contribuinte/apelante alega que os valores atribuídos ao metro quadrado dos seus imóveis seriam irreais e não corresponderiam aos valores praticados no comércio do Município de Petrolina, em especial por se tratar de imóveis que estariam localizados em áreas periféricas da cidade. 4. De início, afasta-se a alegação do contribuinte/apelante no sentido de que a concessão de desconto de 30% (trinta por cento) – restrito aos contribuintes adimplentes – no pagamento do IPTU referente ao exercício fiscal de 2009, implicaria no reconhecimento do pedido formulado na presente demanda. 5. No ponto, observa-se que, naquela ocasião, o estado de inadimplência do contribuinte/apelante foi afastado pela Fazenda Municipal/apelado em virtude de os débitos de IPTU anteriores ao exercício de 2009 encontrarem-se em litígio. 6. Desse modo, considerando o estado de *adimplência* do contribuinte/apelante até a completa resolução dos respectivos processos judiciais, verifica-se que a concessão de desconto no pagamento do IPTU do exercício de 2009 não implica na anulação dos lançamentos de IPTU referentes aos exercícios fiscais de 2002 a 2006, objeto da presente demanda. 7. Não se vislumbra, portanto, qualquer ato da Fazenda Municipal/apelado que implique no reconhecimento do pedido formulado pelo contribuinte/apelante. 8. Além disso, observa-se que tanto as majorações quanto as reduções da base de cálculo do IPTU discutidas nos autos foram realizadas por meio de Leis Municipais (Lei Municipal nº. 1.171/2001, Lei Municipal nº. 1.402/2003 e Lei Complementar nº. 002/2004), razão pela qual não se vislumbra a existência de qualquer inconstitucionalidade nos lançamentos em apreço. 9. Em verdade, diante das peculiaridades do caso concreto, observa-se que a comprovação das alegações do contribuinte/apelante dependia da manifestação de profissional com conhecimentos técnicos na matéria, o qual estaria apto a verificar a regularidade, ou não, dos valores que compuseram a base de cálculo do IPTU no período de 2002 a 2006. 10. A despeito disso, verifica-se que o contribuinte/apelante não considerou necessária a produção de prova pericial, não se mostrando, assim, diligente para solucionar a matéria de fato controvertida nos autos. 11. Segundo Certidão constante dos autos, o juízo de primeiro grau intimou as partes para especificarem as provas que pretendiam produzir com vistas a comprovarem as suas alegações. Contudo, o prazo respectivo decorreu sem qualquer manifestação do contribuinte/apelante. 12. Sendo assim, considerando a presunção de legitimidade dos atos administrativos, bem como o fato de que o ônus de provar o excesso da exação é atribuído ao contribuinte/apelante (art. 333, I, do Código de Processo Civil), constata-se a improcedência dos pedidos formulados na exordial. 13. Apelo improvido, à unanimidade.

W3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

314
dp

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0212719-9, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de apelação, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 18 de junho de 2014 (data do julgamento)


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0212719-9
COMARCA: Petrolina
APELANTE: Luiz Cesar Mororó
APELADO: Município de Petrolina
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta por **Luiz Cesar Mororó** contra sentença proferida pelo Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina que, nos autos da Ação Ordinária nº 0001949-12.2006.8.17.1130, julgou improcedentes os pedidos formulados em face do **Município de Petrolina**, nos seguintes termos:

(...) Inicialmente, cumpre-nos afastar, de logo, a alegação do Requerente de que o Município de Petrolina, ao receber os valores referentes ao IPTU dos quatro imóveis em questão quanto ao ano de 2009, concedendo-lhe inclusive o desconto de 30% referente aos contribuintes adimplentes, teria concordado, extrajudicialmente, com os pedidos referentes aos processos de nº 233.2006.1949-1, nº 233.2007.1999-0 e nº 233.2008.1768-0. Ora, nenhuma razão assiste ao Requerente. O fato do Município de Petrolina ter recebido os aludidos valores, concernentes ao Imposto Predial correspondente ao ano de 2009, sob nenhum aspecto caracteriza reconhecimento do pedido autoral.

Decerto, como os débitos anteriores ao exercício de 2009 estão sob litígio e não podem, pois, ser regularmente executados pela Municipalidade, não gerando, por conseguinte, efetivo estado de inadimplência do contribuinte em tela, deve mesmo o Requerido agir de forma a garantir que aquele possa efetuar o recolhimento dos créditos tributários subsequentes de forma regular, inclusive fazendo jus ao benefício dos contribuintes adimplentes, até a total e completa resolução dos respectivos processos judiciais.

O comportamento do Requerido, portanto, nada tem de ensejador do alegado reconhecimento do pedido, não podendo ser admitido por este Magistrado como prejudicial ao enfrentamento dos aludidos pedidos, o que se faz em sucessivo.

Pois bem, analisando detidamente os presentes autos, constato que a presente lide se restringe, basicamente, a suposta inconstitucionalidade e/ou arbitrariedade da majoração dos valores relativos a base de cálculo do IPTU incidente sobre os imóveis do Requerente entre os anos de 2002 e 2006.

De acordo com o Requerente o aludido tributo sofreu um abrupto aumento, que não se justifica uma vez que desde 2001 nenhum dos imóveis em questão passou por qualquer alteração em suas estruturas, restando os valores então atribuídos aos mesmos incoerentes com os do mercado imobiliário petrolinense.

Contudo, a partir do exame dos fólios processuais, constato que não assiste qualquer razão ao Requerente.

(...)

A observância do enunciado nullum tributum sine lege, pois, alimenta o ideal de justiça do nosso Estado Democrático de Direito e garante a esfera de segurança jurídica do cidadão, que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

jamais ficará, portanto, exposto à mera vontade (arbítrio) das autoridades fiscais, mas certo de que de apenas mediante lei própria será submetido ao fenômeno da tributação.

In casu, inobstante o Requerente tenha sustentado a inconstitucionalidade do combatido aumento, constato que o Município de Petrolina não deixou de observar o Princípio em comento.

Decerto, compulsando os autos constato que em 28 de dezembro de 2001 o Município de Petrolina instituiu a Lei Municipal nº 1.117/201, então denominada Código Tributário Municipal, que em seu Título III, Seção IV tratou da base de cálculo do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.

No art. 259 da supracitada norma municipal, o Requerente, utilizando-se da competência constitucional prevista no art. 156, I da Constituição Federal, tratou acerca da fixação do valor venal dos imóveis sujeitos a tributação em exame, levando-se em conta, para isso, dentre outros fatores, a área da propriedade territorial, o valor do metro quadrado do imóvel, a sua área construída e o valor do metro quadrado da construção.

Com base em tais aspectos, fixou esta Municipalidade a base de cálculo do IPTU então incidente sobre os imóveis existentes em seu perímetro urbano, estando o mesmo em plena e total conformidade com a supracitada disposição legal.

Dessa forma, não há como se acolher o argumento de inconstitucionalidade, ou arbitrariedade, da majoração em questão. **Os valores atribuídos aos imóveis em tela tiveram como único pressuposto a observância das novas disposições legais advindas com a Lei Municipal nº 1.117/01.**

A referida Lei Municipal nº 1.117/01, por sua vez, representa autêntica produção legislativa da correspondente Câmara Municipal, legalmente constituída por representantes escolhidos diretamente pelo povo, portanto, soberanamente legitimados a apresentar, discutir e aprovar as normas municipais de interesse de toda a população.

Sendo, pois, obra do próprio exercício do Poder Legislativo Municipal, a impugnada majoração nada mais é do que expressão da própria vontade popular, que como visto atende integralmente à exigência constitucional.

Assim como o questionado aumento, as subseqüentes reduções ocorridas nos valores do IPTU, seja em razão da Lei Municipal nº 1.402, de 08 de dezembro de 2003, seja em razão da Lei Complementar nº 002, de 20 de dezembro de 2004, também são legítimas expressões da atividade desempenhada pela Casa Legislativa Municipal e por si só não têm o condão de infirmar por inconstitucionalidade o Código Tributário Municipal antecedente.

Dessa forma, não pode prosperar a pretensão do Requerente, que visa adimplir seus débitos tributários em atraso "a menor", tendo por base valor de outro exercício fiscal, de exclusivo acordo com sua conveniência econômica, quando o valor da base de cálculo utilizada deve ser aquela que se encontra em vigor na época da ocorrência do respectivo fator gerador.

O Município de Petrolina, quando majorou o valor correspondente ao metro quadrado dos imóveis tributáveis com o IPTU, e terminou por alterar a Planta de Valores Genéricos, atento a vedação constante na Súmula nº 160 do Superior Tribunal de Justiça, o fez mediante lei, não havendo nenhuma mácula na sua atuação.

Em arremate, não vislumbro a arbitrariedade alegada e concluo constitucional a majoração ocorrida nos valores referentes às bases de cálculo dos IPTU's incidentes sobre os imóveis do Requerente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Os valores então consignados devem ser convertidos em favor do Município de Petrolina, que deverá dar quitação parcial dos respectivos débitos, prosseguindo as aludidas cobranças tão somente em razão o crédito remanescente.

(...)

(Grifou-se)

Em retrospecto, observa-se dos autos que o contribuinte/apelante interpôs a referida Ação Ordinária com o fim de obter a anulação de lançamentos de IPTU incidentes sobre imóveis de sua propriedade referentes aos exercícios fiscais de 2002 a 2006.

Além disso, o contribuinte/apelante pretende que, após o levantamento por parte do Município de Petrolina do valor depositado em juízo, seja declarada a quitação total do IPTU incidente sobre cada um de seus imóveis relativamente aos períodos fiscais indicados.

Nesse contexto, o contribuinte/apelante alega que teria sido excessiva a majoração do valor do metro quadrado dos seus imóveis a partir do exercício fiscal de 2002.

Sendo assim, insurge-se contra *“os valores que foram atribuídos arbitrariamente e absurdamente aos imóveis (metro quadrado das áreas não construídas, bem como das construídas) para assim encontrar valores irreais, ilusórios, inexistentes e comercialmente impraticáveis na cidade de Petrolina”*.

Segundo o contribuinte/apelante, *“tanto se equivocou a Prefeitura que em 2004 os valores da “Planta” novamente foram alterados e os IPTU’s começaram a sofrer redução, que se estendeu pelos anos de 2005 e 2006. Outra prova de que a Prefeitura estipulou valores inaceitáveis para os imóveis petrolinenses, é que a Fazenda Pública jamais viu, em toda a sua história índices tão altos de inadimplimento”*.

Com efeito, o contribuinte/apelante argumenta que a majoração do valor venal dos imóveis em mais de 600% violaria o princípio da dignidade da pessoa humana e representaria uma ilegalidade material, *“principalmente por referir-se a imóveis situados em área periférica e não assistida pela Prefeitura Municipal de Petrolina, com as mesmas áreas de terreno e construídas desde 2001”*.

Ademais, afirma que a Fazenda Municipal/apelado teria lhe autorizado a efetuar o pagamento do imposto devido no exercício fiscal de 2009 com o desconto que seria concedido somente aos contribuintes adimplentes (30%).

Diante disso, sustenta que a Fazenda Municipal/apelado teria aceitado administrativamente o pedido contido nos presentes autos, razão pela qual requer seja declarada a sua situação de inadimplência, regularizando-se a sua situação fiscal a partir do exercício fiscal de 2010.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Por outro lado, a Fazenda Municipal/apelado defende a constitucionalidade da majoração da base de cálculo do IPTU, tendo em vista que todas as alterações impugnadas teriam sido realizadas por meio de Lei Municipal.

Nesse sentido, afirma que *"no dia 28 de dezembro de 2001, foi promulgada a Lei Municipal nº 1117/2001, que institui o Código Tributário do Município. Esta lei alterou a Planta de Valores Genéricos, fixando novos valores para o metro quadrado de terreno e também definiu novos valores básicos para o metro quadrado de construção. Essas alterações na legislação municipal provocaram aumento no valor do IPTU do exercício de 2002, porém ditas alterações não poderiam ser reputadas ilegais, desde que foram estabelecidas por Lei Municipal, como exigido na vigente Carta Magna"*.

A douta Procuradoria de Justiça (fls. 302-303) deixou de emitir parecer em virtude da ausência de interesse público que justificasse a intervenção ministerial no feito.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 03 de junho de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

315
no

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0212719-9
COMARCA: Petrolina
APELANTE: Luiz Cesar Mororó
APELADO: Município de Petrolina
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

A solução da controvérsia consiste em definir se é, ou não, legítima a majoração do IPTU incidente sobre os imóveis do contribuinte/apelante realizada pelo Município de Petrolina relativamente aos exercícios fiscais de 2002 a 2006.

Nesse contexto, o contribuinte/apelante afirma que a Fazenda Municipal/apelado teria efetuado uma majoração excessiva e abrupta do valor do metro quadrado dos seus imóveis a partir do exercício fiscal de 2002.

Segundo o contribuinte/apelante, seria indevida a majoração do IPTU verificada nos lançamentos relativos aos exercícios fiscais 2002 a 2006, tendo em vista que as áreas dos seus imóveis não teriam sofrido nenhuma alteração.

Com efeito, o contribuinte/apelante alega que os valores atribuídos ao metro quadrado dos seus imóveis seriam irreais e não corresponderiam aos valores praticados no comércio do Município de Petrolina, em especial por se tratar de imóveis que estariam localizados em áreas periféricas da cidade.

De início, afasto a alegação do contribuinte/apelante no sentido de que a concessão de desconto de 30% (trinta por cento) – restrito aos contribuintes adimplentes – no pagamento do IPTU referente ao exercício fiscal de 2009, implicaria no reconhecimento do pedido formulado na presente demanda.

No ponto, observa-se que, naquela ocasião, o estado de inadimplência do contribuinte/apelante foi afastado pela Fazenda Municipal/apelado em virtude de os débitos de IPTU anteriores ao exercício de 2009 encontrarem-se sob litígio.

Desse modo, considerando o estado de *adimplência* do contribuinte/apelante até a completa resolução dos respectivos processos judiciais, verifica-se que a concessão de desconto no pagamento do IPTU do exercício de 2009 não implica na anulação dos lançamentos de IPTU referentes aos exercícios fiscais de 2002 a 2006, objeto da presente demanda.

Não se vislumbra, portanto, qualquer ato da Fazenda Municipal/apelado que implique no reconhecimento do pedido formulado pelo contribuinte/apelante.

A matéria restou acertadamente enfrentada pelo juízo de primeiro grau nos seguintes termos:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

316
so

Inicialmente, cumpre-nos afastar, de logo, a alegação do Requerente de que o Município de Petrolina, ao receber os valores referentes ao IPTU dos quatro imóveis em questão quanto ao ano de 2009, concedendo-lhe inclusive o desconto de 30% referente aos contribuintes adimplentes, teria concordado, extrajudicialmente, com os pedidos referentes aos processos de nº 233.2006.1949-1, nº 233.2007.1999-0 e nº 233.2008.1768-0. Ora, nenhuma razão assiste ao Requerente. O fato do Município de Petrolina ter recebido os aludidos valores, concernentes ao Imposto Predial correspondente ao ano de 2009, sob nenhum aspecto caracteriza reconhecimento do pedido autoral.

Decerto, como os débitos anteriores ao exercício de 2009 estão sob litígio e não podem, pois, ser regularmente executados pela Municipalidade, não gerando, por conseguinte, efetivo estado de inadimplência do contribuinte em tela, deve mesmo o Requerido agir de forma a garantir que aquele possa efetuar o recolhimento dos créditos tributários subsequentes de forma regular, inclusive fazendo jus ao benefício dos contribuintes adimplentes, até a total e completa resolução dos respectivos processos judiciais.

O comportamento do Requerido, portanto, nada tem de ensejador do alegado reconhecimento do pedido, não podendo ser admitido por este Magistrado como prejudicial ao enfrentamento dos aludidos pedidos, o que se faz em sucessivo.

(Grifou-se)

Além disso, observa-se dos autos que a pretensão recursal carece de fundamento, tendo em vista que o contribuinte/apelante não se desincumbiu do ônus de provar o fato constitutivo do direito que alega, conforme determina o art. 333, I, do Código de Processo Civil.

De fato, verifica-se que, em observância ao princípio da legalidade, a majoração da base de cálculo do IPTU impugnada pelo contribuinte/apelante foi realizada pela Fazenda Municipal/apelado por meio da Lei Municipal nº. 1.171 (Código Tributário do Município de Petrolina), de 28 de dezembro de 2001.

Desse modo, a partir do exercício fiscal de 2002 os parâmetros utilizados para a mensuração da base de cálculo do IPTU (dentre os quais, o valor básico do metro quadrado do terreno e o valor básico do metro quadrado de construção) passaram a ser indicados nos arts. 258 a 262 do Código Tributário Municipal (fls. 124-127).

Conforme o disposto no art. 259, II, do Código Tributário Municipal, o valor básico do metro quadrado de terreno passou a ser fixado na pauta de valores constante da Tabela II do Anexo II da referida Lei (Planta Genérica de Valores).

Posteriormente, a Lei Municipal nº. 1.402, de 08 de dezembro de 2003, alterou a redação da mencionada Planta de Valores Genéricos e promoveu a redução do valor básico do metro quadrado do terreno e do valor básico do metro quadrado de construção (fls. 194-196).





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

217
70

Além disso, o art. 3º da Lei Municipal nº. 1.402/2003 estabeleceu autorização para que o Poder Executivo Municipal, atendendo às condições peculiares inerentes aos fatores de desvalorização dos imóveis no mercado imobiliário, reduzisse em até 30% (trinta por cento) os valores do metro quadrado de terreno em todos os logradouros e seções fixados na Planta de Valores Genéricos.

Por sua vez, tal faculdade foi exercida pela Fazenda Municipal/apelado através da edição da Lei Complementar nº. 002, de 20 de dezembro de 2004.

Sendo assim, considerando que tanto as majorações quanto as reduções da base de cálculo do IPTU discutidas nos autos foram realizadas por meio de Lei Municipal, não se vislumbra a existência de qualquer inconstitucionalidade nos lançamentos em apreço.


Em verdade, diante das peculiaridades do caso concreto, observa-se que a comprovação das alegações do contribuinte/apelante dependia da manifestação de profissional com conhecimentos técnicos na matéria, o qual estaria apto a verificar a regularidade, ou não, dos valores que compuseram a base de cálculo do IPTU no período de 2002 a 2006.

A despeito disso, verifica-se que o contribuinte/apelante não considerou necessária a produção de prova pericial, não se mostrando, assim, diligente para solucionar a matéria de fato controvertida nos autos.

Segundo Certidão constante dos autos (fl. 241), o juízo de primeiro grau (fl. 238) intimou as partes para especificarem as provas que pretendiam produzir com vistas a comprovarem as suas alegações. Contudo, o prazo respectivo decorreu sem qualquer manifestação do contribuinte/apelante.

Sendo assim, considerando a presunção de legitimidade dos atos administrativos, bem como o fato de que o ônus de provar o excesso da exação é atribuído ao contribuinte/apelante (art. 333, I, do Código de Processo Civil), é de rigor concluir pela improcedência dos pedidos formulados na exordial.

Ante o exposto, **nego provimento ao apelo**, mantendo a sentença em todos os seus termos.

Recife, 18 de junho de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator